



## A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA LUTA POR MORADIA NO MOVIMENTO DE MULHERES AMAZONAS SEMPRE VIVO – ASV

*Tatiane Nascimento Franco\**

*Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner\*\**

*Michelle Rabelo de Souza\*\*\**

*Mara Tereza Oliveira de Assis\*\*\*\**

### RESUMO

A inserção e participação das mulheres na esfera pública, e mais especificamente na luta por moradia, tem como marco histórico o Movimento Feminista na década de 70 e os muitos movimentos sociais que surgiram na época do regime militar, na luta pela redemocratização do Brasil e demais lutas sociais, adquirindo seu protagonismo na esfera pública. Atualmente, o número de mulheres participantes de movimentos sociais é crescente. Nesse contexto, este trabalho busca perceber quais as perspectivas das mulheres militantes do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo - ASV, e qual o sentido dado a essa militância. A metodologia adotada na pesquisa assumiu a orientação das abordagens qualitativas, sem excluir os aspectos quantitativos, através da observação participante e entrevista *in loco* no atendimento às famílias, sendo 500 famílias a serem beneficiadas. As entrevistas contemplaram uma amostra de 20 mulheres, levando em consideração aquelas que têm mais tempo de participação no referido movimento. Salientamos que o ASV está habilitado no Ministério das Cidades para o Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades para construção de 500 unidades habitacionais, e que o mesmo prioriza as mulheres chefes de família, que correspondem a 60% das famílias cadastradas no ASV. Isso é visto pelas militantes como uma conquista que as faz sentirem-se importantes e valorizadas, pois elas percebem o quanto suas militâncias contribuem para uma sociedade igualitária. Nesse sentido, o Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo torna-se voz emancipatória rumo ao direito à moradia digna para as mulheres da cidade de Manaus.

**Palavras-chave:** Relação de Gênero. Participação Feminina. Movimentos Sociais.

---

\*Pós- Graduada em Gestão de Políticas Públicas na FAMETRO. Assistente Social no Amazonas Sempre Vivo – ASV. [tatifranco.nascimento@gmail.com](mailto:tatifranco.nascimento@gmail.com).

\*\*Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professora Substituta da Universidade Federal do Amazonas do Departamento de Serviço Social. [mirellalauschner@yahoo.com.br](mailto:mirellalauschner@yahoo.com.br)

\*\*\* Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia na Ufam. [Luzvida1977@hotmail.com](mailto:Luzvida1977@hotmail.com)

\*\*\*\* Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – Ufam. Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação - SEMED. [maratsocial@gmail.com](mailto:maratsocial@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

No Brasil, a problemática habitacional é fruto do descaso com a população de baixa renda e de ações políticas que em nada contribuíram para o trato dessa questão, como abolição dos escravos, despejo dos cortiços, clientelismo, coronelismo e terras devolutas que colaboram para a falta de moradia em todo território nacional. A dificuldade no acesso à moradia tem como uma de suas principais causas o acesso à terra, fato que contribuiu para o não usufruto do direito à moradia digna por milhares de famílias brasileiras, que ficaram conhecidas como os *Sem Teto*.

As reivindicações do direito à terra tem como pauta central a reforma agrária, que tem como principal propulsor o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essas reivindicações, na medida em que a luta pelo solo urbano entrelaçava-se com outras lutas dos movimentos sociais, já estavam postas ao Movimento Feminista.

Na década de 70 as mulheres começam a se organizar em torno do feminismo e de suas bandeiras de luta, inserindo-se na participação política e organizando-se na reivindicação de seus direitos, por meio do engajamento em outros movimentos sociais, inclusive nos da luta por moradia, que no contexto nacional ganha visibilidade a partir da década de 80, juntamente com outras bandeiras de luta, levantadas pelos movimentos sociais da época como educação, saúde, entre outras necessidades da população. A participação feminina nestas lutas foi constante, visto que elas buscam a organização e constituição de Políticas Públicas que atendam suas demandas.

Em Manaus, a falta de moradia acentuou-se com o crescimento populacional, que teve seu primeiro ápice no período áureo da borracha e a urbanização dele decorrente, em seguida, com seu declínio, ampliaram-se as tensões em virtude do aumento da demanda por moradia. Essa tensão volta a emergir com a criação da Zona Franca de Manaus, que além do aumento das expressões da questão social, trouxe também a segregação socioespacial da população de baixa renda.

# 18° REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Em Manaus, o Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo - ASV vem atuando desde 2007 na área ambiental e também com a qualificação profissional das mulheres do Distrito Industrial de Manaus, passando em 2011 a atuar ainda na luta por moradia, tendo participação efetiva nos espaços de discussão e formulação de políticas e programas de habitação de interesse social na referida cidade. Compõe-se efetivamente de mulheres militantes que protagonizaram uma intensa luta travada em Manaus e conseguiram suas inclusões no Programa Minha Casa Minha Vida/Entidades – PMCMV-E.

## **1. A participação das mulheres na esfera pública e a luta nos movimentos sociais**

Ao abordar a relação de gênero, é imprescindível trazer a baila como essa relação vem se desenvolvendo ao longo da história. De acordo com Stearns (2007), sua origem iniciou-se juntamente com o surgimento da vida em sociedade, por volta do quarto milênio a.C., pois antes, os grupos antigos viviam separados. Assim, cada organização social uniu as questões de gênero com os aspectos de sua estrutura cultural e institucional.

Conforme as civilizações se desenvolveram, através dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero, a relação entre homens e mulheres, foram determinando e definindo os papéis e as atribuições de cada sexo, as alterações econômicas também contribuíram na definição dos papéis, pois antes precisavam se descolar para caçar e coletar alimentos e ambos os sexos faziam as mesmas tarefas, com a agricultura, é estabelecida uma nova divisão das tarefas, onde o homem é o responsável pelo plantio e as mulheres por juntar grãos e nozes, serviço este facilitado pelas crianças que acompanhavam as mães no trabalho de coleta. Desta forma, a agricultura beneficiou o domínio masculino. Sobre isso Stearns (2007, p. 34) afirma:

A ascensão e o aprofundamento dos sistemas patriarcais de relações de gênero formaram parte do mesmo processo que gerou economias agrícolas que substituíram a caça e a coleta e, depois em muitas delas, um leque organizacional característico de civilizações. A agricultura e, depois, a civilização aprofundaram progressivamente as desigualdades entre homens e mulheres.



Assim percebemos que mesmo os sistemas culturais, incluindo religiões politeístas, apontavam para a importância de deusas, como geradoras de forças criativas e a fecundidade, portanto, vitais para a agricultura. A nova economia promovia uma hierarquia de gênero maior. Nessa perspectiva, as vidas das mulheres passaram a ser definidas mais em termos de gravidez e cuidado com as crianças, cenário propício para a ascensão o patriarcalismo.

Conforme observado, as relações de gênero foram surgindo como se fossem naturais, desse modo, Bourdieu (2011) acrescenta que os gêneros são social e culturalmente internalizados como *habitus* sexuais. Devido a essa naturalização ser oriunda da subjetivação de corpos e mentes, do que é papel do homem e da mulher, aparece por meio do simbolismo que alicerça a dominação masculina, sem a necessidade de justificação. Essa visão androcêntrica<sup>1</sup> impõe-se como neutra e não tem necessidade de enunciar-se em discursos que visem legitimá-la, pois o gênero masculino se mostra como algo não marcado, neutro.

Scott (1991) afirma que no termo gênero há uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como *sexo* ou *diferença sexual*, no conceito do termo gênero ressalta-se o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. E acrescenta que a dominação do homem sobre a mulher é antiga e que a explicação sobre isso está no patriarcado que impõe o domínio do macho, a submissão da mulher e reproduz a ideologia do homem como dominante.

No decorrer do século XIX, a sociedade brasileira sofreu transformações significativas com a consolidação do capitalismo, com as alterações de um país agrícola para industrial e urbano, pois trouxe novos convívios sociais e mudanças no estilo de vida das pessoas que tinham como influência o continente europeu, para as elites brasileiras. Sendo necessário que a mulher desempenhasse um papel marcado na valorização da intimidade e maternidade, ainda com interações sociais definidas pelo sistema escravocrata onde entra em evidência a família patriarcal com o pai detentor de enorme poder diante de seus dependentes, tendo a mulher o papel de guardiã do lar e da família.

<sup>1</sup> É a tendência quase universal de se reduzir a raça humana ao termo *o homem*, um exemplo excludente que ilustra um comportamento androcêntrico.





As mulheres são maioria nos movimentos feministas e movimentos populares pela luta por melhores condições de vida e de trabalho [...] as mulheres destacam-se por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas.

Contudo, elas ainda permaneciam invisibilizadas e sua participação restrita aos espaços públicos não governamentais. É na luta para alcançar o espaço público e fazer com que o Estado e a sociedade as reconheçam como sujeitos de direitos que elas começaram seu empoderamento a partir da década de 70, momento de maior visibilidade das mulheres nos movimentos feministas e sociais, inclusive no Brasil.

Nesse processo muitas mulheres tiveram destaque em usar e/ou ousar sua criatividade e estratégias para estarem ocupando os espaços públicos, utilizando o anonimato ou codinomes masculinos para serem publicados seus poemas, artigos e romances, as opressões que essas mulheres sofreram pelo simples motivo de apresentarem seus talentos e opiniões resultaram em punição, e muitas delas foram internadas em manicômios por seus pais ou maridos.

O modo de produção capitalista, embora explorador, contribuiu, oportunizou a efetiva entrada das mulheres no espaço público e em sua organização do trabalho, na qual podem escolher suas estratégias de negociação com o Estado. Haja vista que um Estado patriarcal "invisibiliza os problemas que ocorrem no âmbito privado e não resolve questões cruciais para as mulheres" Costa (2005, p. 79).

Contudo, as mulheres só ganham o espaço público a partir da luta travada pelos movimentos feministas, que, de acordo com diversos autores, teve três fases: surgiu no final do século XVIII, e desenvolveu-se no decurso dos séculos XIX e XX, em regiões da Europa. Na primeira fase, a luta baseava-se no reconhecimento igualitário de direitos, como o voto e o trabalho; a segunda fase corresponde ao período entre 1960 e 1980, cuja luta fundamentou-se em temas como violência, sexualidade e mercado de trabalho, além da inserção da categoria gênero no debate; e a última fase iniciou-se na década de 90, com foco na imagem feminina através dos meios de comunicação, liberdade da sexualidade, onde "as mulheres conduzem e sustentam as transformações culturais" (GOHN, 2012, p. 136).

# 18° REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



O movimento feminista chega ao Brasil na década de 70, momento em que os demais movimentos sociais estão ressurgindo com força total, devido ao contexto social do país - momento de censura, com restrições à liberdade de expressão, crise econômica e política -, reaparecem os movimentos sociais que se encontravam oprimidos pelo regime militar. As lutas surgem por meios de várias reivindicações como educação, saúde, moradia, creches, entre outros equipamentos sociais, aos quais a população não tinha acesso, sendo a principal mobilização pela redemocratização do país. (Gohn, 2001).

Nessa luta, destacam-se como principais movimentos sociais surgidos na década de 80 a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT) - originado de movimentos da base sindical e de representantes de movimentos populares - e o movimento pela *Diretas Já*, que levantou a bandeira das eleições diretas para presidente da República. Nessa direção, é preciso entender como estava configurada e articulada a conjuntura brasileira nos anos 80. Gohn (1991, p. 11-13) afirma que:

O modelo implementado no Brasil pelos militares depois de 1964 continuou o mesmo nos anos 80: concentrador de renda, excludente, voltado para o mercado externo. A incapacidade de manutenção dos índices de crescimento econômico dos anos 70, a crise gerada pela sucção das reservas nacionais para o pagamento da dívida externa (a qual se multiplicou assustadoramente) e a falta de legitimidade política dos governantes levaram à crise, à recessão econômica e ao desemprego no início dos anos 80. Na conjuntura política, o enfraquecimento dos militares desde a década de 70 e as políticas partidárias acentuaram-se com o acesso da oposição ao poder.

Neste contexto de perda econômica e desorganização política, a sociedade civil organiza-se para inscrever, por meio de leis, suas lutas e reivindicações, interferindo diretamente na sociedade política, nas regras e mecanismos de funcionamento da sociedade e do Estado pelo poder legislativo. Desse modo, entre os anos de 1985 e 1988 foram realizados debates para a construção da nova Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, que mobilizou diferentes categorias com ideologias diferenciadas, conforme os diversos segmentos, que contribuíram com a consolidação da CF/88, transformando em leis as bandeiras de lutas de vários movimentos sociais e proporcionando aos cidadãos a garantia de direitos renegados tanto tempo pelo Estado. Uma nova conjuntura, na qual as leis passaram



a normatizar e legitimar políticas sociais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), criadas na década de 90.

Nesse contexto de garantia de direitos existia uma parcela de excluídos dos direitos políticos e conseqüentemente sociais, como os analfabetos e também as mulheres, que embora tenham adquirido o direito de votar e de serem votadas em 1932, não obtiveram de igual modo a cidadania plena, pois há nos costumes sociais, na cultura patriarcal e até mesmo na lei, empecilhos que negam a participação na vida pública ou o próprio usufruto de alguns direitos essenciais, como o exercício da profissão, ou a liberdade de ir e vir sem o crivo do marido ou de qualquer ente masculino a quem, por ventura, estejam submetidas. Através da Constituição Federal de 1988, as mulheres passaram a ter os mesmos direitos dos homens, sejam políticos e/ou sociais (GOHN, 2012).

Nessa direção Silva (2004) diz que no Brasil a luta pela terra tem início no meio rural, expandindo-se para a área urbana, quando os pequenos proprietários de terra foram obrigados pelo desenvolvimento a migrarem para os centros urbanos, posto que suas terras passaram a pertencer aos posseiros e grandes empresários latifundiários. Essa migração trouxe inúmeros problemas sociais para as famílias que foram compelidas a deixar suas pequenas propriedades, atingindo também a sociabilidade das pessoas que passam a vivenciar outra realidade diferente da sua. Silva (2004, p. 41), salienta que:

A ideologia desenvolvimentista iniciada nos finais da década de 50, durante o governo de Jucelino Kubitschek, e consolidada durante o regime militar pelo autoritarismo, foi responsável pelo aumento da concentração fundiária e da apropriação de terras pelas empresas nacionais e multinacionais. Elas foram beneficiadas pelos incentivos fiscais e pela constituição de um grande exército de trabalhadores espoliados, cujo destino foi a cidade ou a migração temporária, vagando de um lugar para o outro em busca de trabalho.

Foi por meio da luta dos movimentos sociais que Políticas Públicas foram sendo conquistadas. E essa organização e mobilização contaram com a presença maciça das mulheres, que se tornaram as principais protagonistas na luta pela terra

# 18° REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



e por outros direitos sociais no Brasil. Sem as mulheres, as lutas e ocupações dar-se-iam pela metade, pois elas são aguerridas, destemidas e organizadas. Dessa forma, salientamos a experiência do ASV quanto ao movimento de mulheres na luta por moradia na cidade de Manaus, que se insere no campo das garantias dos direitos sociais das mulheres.

## 2. O Movimento de Mulheres na luta por moradia: a experiência do Movimento de Mulheres Amazonas Sempre Vivo - ASV

Em meados de 1976, em Manaus, as estudantes universitárias reuniam-se para discutir a questão da mulher. Os encontros eram coordenados por Selda Vale, da Universidade do Amazonas, hoje Universidade Federal do Amazonas (UFAM), porém, só em 1980 é criado o Comitê da Mulher Universitária, presidido por Lucia Antony. O Comitê tinha como luta a não implantação do plano de controle de natalidade do Presidente Figueiredo (RAMOS, 2003).

Desde então, outros foram surgindo e a inserção das mulheres em movimentos de interesse coletivo ao poucos concretizou-se. Um desses movimentos é o ASV que surgiu primeiramente lutando pelas questões ambientais, a qualificação profissional das mulheres no Polo Industrial de Manaus (PIM) e a geração de emprego e renda, haja vista que naquele período a escala de demissão estava constante, porém no desenvolvimento de suas atividades, percebe-se que as famílias atendidas pelo ASV sofriam com a falta de moradia, o que deu início ao processo de organização e mobilização em torno da luta por moradia.

Desse modo, salientamos a questão habitacional na cidade de Manaus, que caracteriza momentos históricos que influenciaram no seu crescimento populacional. Dias (2007) diz que a cidade teve dois momentos de intenso crescimento populacional, como foi o Ciclo da Borracha e a Zona Franca de Manaus (ZFM), devido ao crescimento populacional significativo decorrente do fluxo migratório principalmente na década de 70, momento de implantação do PIM. Na época, segundo dados do IBGE, a cidade possuía pouco mais de 300 mil habitantes. No final da década de 70 intensificou-se o processo de ocupação, que resultou no surgimento de vários bairros, como Alvorada e Redenção (Zona Centro-Oeste),



Novo Israel, Monte das Oliveiras, Colônia Terra Nova, Santa Etelvina, Colônia Santo Antônio (Zona Norte), Coroadó, Mauazinho, Zumbi dos Palmares (Zona Leste), Compensa, Vila da Prata, Lírio do Vale, Santo Agostinho e parte do Tarumã (Zona Oeste). (OLIVEIRA E COSTA, 2007).

Por conseguinte, na década de 90, acentua-se o processo de expansão urbana na cidade, principalmente na Zona Norte com a criação de conjuntos habitacionais, subsidiados pelo Estado, as ocupações espontâneas que ocorreram em seu entorno e abrindo espaço para ocupações na Zona Leste. Desse modo Oliveira e Costa (2007, p. 3) destacam que “o espaço urbano da cidade de Manaus foi produzido em parte a partir de ocupações”. De acordo com os dados do IBGE (2010) ressaltamos que a população naquela época era de aproximadamente 1 milhão de habitantes, em 2000 saltou para 1,5 milhão e atualmente é de 1.802.014 habitantes. Nessa direção, o Censo Demográfico de 2010 identificou em Manaus 41 áreas de ocupações irregulares e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2009, mostrou que o déficit habitacional em Manaus era de aproximadamente 93.655 moradias.

Diante da problemática exposta, apontamos o enfrentamento da questão habitacional em Manaus pelo ASV através do histórico da entidade que reflete a luta por moradia em Manaus, e também as demais expressões da questão social vividas na cidade como a que marca seu surgimento em meados dos anos 2000, “a preocupação das mulheres com o meio ambiente, profissionalização e geração de emprego e renda”, Scherer (2003) aponta a mulher chefe de família como expressão da questão social em Manaus e o IBGE (2010) divulgou o aumento de 14% de famílias chefiadas por mulheres em todo território nacional. Outra expressão da questão social latente em Manaus é a questão habitacional discutida por Bentes (2010), Oliveira e Costa (2007), e através desse estudo relacionamos desigualdade de gênero e moradia.

Desse modo, destacamos a entrevista realizada com uma das militantes do ASV, senhora M.S.F, 45 anos, chefe de família, quando diz:

# 18° REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Pra mim, a ASV é uma... foi assim... eu era ocupante, né, eu vim de uma ocupação, como a gente tinha uma reunião com as meninas sobre mulheres e mercado de trabalho e eu atuava como ocupante em terra de invasão. Então aí a gente se juntou uns com os outros e estamos aqui na luta. (Entrevista, 2013).

O grupo engaja-se na luta por habitação, processo iniciado então com algumas mulheres que passam a organizar-se de forma sistemática na luta contra as desigualdades de gênero e habitação. É nessas condições de negação de direitos que as famílias que moram em ocupações e assentamentos irregulares em Manaus vivem. Rosália Froés, presidente da ASV afirma: "a principal ação é justamente irmos atrás de programas de habitação, corremos atrás, e estamos aí com o PMCMVE, lutando para a construção de 600 casas, a maioria são mulheres chefes de família e isso nos orgulha muito". (Entrevista, 2013). No início haviam 200 famílias cadastradas no ASV e pretendia-se utilizar esse cadastro na luta pela aquisição de casas para as famílias nos programas locais da Prefeitura e do Governo do Estado do Amazonas. Portanto, percebe-se que o histórico do movimento está vinculado às problemáticas vividas pela comunidade, que inicia um processo de organização e consolidação dos movimentos sociais urbanos, como afirma Pereira (2001, p.110):

Com o movimento essencialmente urbano, surgem as primeiras sociedades de amigos de bairros, ou associações de moradores de bairro, com o objetivo de organizar a população visando melhorias e bens de serviços urbanos junto aos órgãos públicos.

Com o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2008, e o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, em 2009, o ASV visualizou a possibilidade de beneficiar as famílias cadastradas, mas segundo as normativas do Programa, as entidades deveriam estar devidamente habilitadas pelo Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, conforme Portaria Nº 107, de 26 de Fevereiro de 2013<sup>2</sup>.

Nesse sentido, o ASV tem como objetivo sensibilizar mulheres e seus pares em situação de risco pessoal/social para que rompam barreiras econômicas e

<sup>2</sup> Estabelece as diretrizes gerais e o calendário para habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos, como Entidade Organizadora - EO, no âmbito dos programas de habitação de interesse social geridos pelo Ministério das Cidades.



sociais, visando sua participação na sociedade, como sujeito de transformação, com a missão de promover a reflexão na sociedade sobre a desigualdade de gênero, do déficit habitacional, do direito à cidade e da necessidade da promoção de mudanças em prol da cidadania e autonomia das mulheres e de seus pares (ARQUIVO ASV).

Portanto, ressaltamos a visão do movimento no que concerne à habitação/moradia, que perpassa o ato de morar, de lugar para abrigar-se, é lugar de produção e reprodução social e para tal é necessário estar equiparada com os serviços públicos coletivos para que as famílias sejam realmente incluídas socialmente, através do acesso aos direitos fundamentais enquanto cidadãos. Neste momento o ASV consolida sua prática através dos seus objetivos, sua missão e sua compreensão do *morar*, compartilhada com os membros que o nortearam em todo embate na luta por direitos sociais. Assim, Gohn (1991, p. 40), afirma que:

A forma de organização do movimento é a expressão visível de sua *práxis*. O importante não é o fato de uma organização ser formal ou informal, mas saber como ela se estabelece, como se articula em relação as suas bases, qual sua direção, que sentido estabelece para o movimento.

E para alcançar seus objetivos e o cumprimento de sua missão a ASV desenvolve ações visando garantir direito à moradia para famílias de baixa renda em Manaus, militam por políticas públicas para as mulheres, estimulando-as a exercerem de forma consciente sua cidadania. As linhas de atuação da entidade são: o Direito à cidade, Articulação e mobilização política, União Nacional por Moradia Popular e Ministério das Cidades; Questão de gênero mediante combate à violência e geração de emprego e renda; e Habitação através do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, com o Projeto Loteamento Residencial Amazonas Sempre Vivo que contemplará 500 famílias, quantidade estabelecida pelas novas orientações do Ministério das Cidades (ARQUIVO ASV).

O ASV, após habilitação, passa a ter duas linhas de ação: a luta por direitos, na elaboração de políticas públicas, e a execução do PMCMV-E para a realização do Projeto Loteamento Residencial Amazonas Sempre Vivo, que lançará seus critérios de elegibilidade após divulgação que deve ser em jornal de maior circulação na cidade, para validação dos mesmos, de acordo com a Portaria Nº 107, de 26 de

# 18° REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



fevereiro de 2013. Esses critérios também correspondem ao perfil dos usuários que são: famílias em situação de vulnerabilidade social, oriundas de ocupação, mulheres ou outros membros da família que foram vítima de violência ou abuso sexual.

Atualmente, o movimento de mulheres ASV recebeu a aprovação do terreno para construção das 500 unidades habitacionais pela Caixa Econômica Federal (CEF). Nesse processo, o referido movimento de mulheres torna-se constantemente mediador entre a política habitacional de interesse social e as famílias em vulnerabilidade social.

### 3. Considerações Finais

No desenvolver deste estudo destacamos três pontos de relevância, reunidos em social, acadêmico e profissional: o primeiro está baseado na produção de conhecimento científico realizado através de pesquisa bibliográfica, análise documental dos arquivos do ASV, vivência profissional e pesquisa de campo, por meio das entrevistas com as militantes e membros da coordenação do Movimento ASV.

Neste artigo, pontuamos a trajetória de luta das mulheres, na busca de seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, enfocando sua inserção na participação política até então subalternizada pela dominação masculina. Ainda há muitos desafios, mas as mulheres continuam buscando cada vez mais sua autonomia e emancipação. São as mulheres as maiores participantes dos movimentos sociais. Elas imprimem ao movimento de moradia características de cunho familiar, o que revela sua preocupação com o bem-estar dos filhos e de seu núcleo familiar, que são aspectos tipicamente femininos.

É percebido o entrelaçamento do movimento feminista com os movimentos sociais de luta pela terra desde a década de 70, mas foi a partir da Constituição de 1988 é que as mulheres passaram a ter direito ao título da terra.

Nesse sentido, as mulheres possuem inserção significativa e indiscutível nas lutas contemporâneas, seja empunhando bandeiras eminentemente feministas ou bandeiras de caráter popular, como aquelas que envolvem a conquista do direito à moradia e equipamentos urbanos. Assim, o Movimento ASV vem mostrar a força,



determinação e coragem dessas mulheres que lutam por seus direitos, não só o direito de morar, mas o quanto elas se sentem importantes ao estarem nesse ambiente de espaço público.

Em Manaus a história da luta por moradia tem como precursora a Irmã Helena, nas décadas de 70, 80 e 90. Atualmente, é crescente o número de movimentos na luta por moradia e habilitados no Ministério das Cidades para gestar o PMCMVE, os quais são liderados por mulheres. Hoje existem 24 entidades habilitadas em Manaus; uma entidade em fase de obras, que é o Movimento Orquídea Mulher; e no Município de Presidente Figueiredo/AM também temos o *Movimento Mulheres que Fazem*, em pleno processo de construção. Isso demonstra a organização e mobilização das mulheres frente à luta pelo direito de morar.

## REFERÊNCIAS

BENTES, Norma. **Indicadores sociais no Amazonas**: contrastes na urbanização da capital e do interior. Manaus: Edições Muiraquitã, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. Tradução de Maria Helena kuhner.

DIAS, E, M. **A ilusão do fausto**: Manaus 1890-1920. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

D'Incao, Maria Ângela. Mulheres e família burguesa. In: PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 223-240.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE, 2010.  
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>>.  
Acesso em: 1 set. 2014.

OLIVEIRA, José Aldemir de; COSTA, Danielle Pereira. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. Scripta Nova. In: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245 (30), ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24530.htm> > acesso em: 2 set. 2014.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social:** teoria, método e prática. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAMOS, Jucelem Guimarães Belchior. **A representação social da mulher no contexto da violência conjugal na Cidade de Manaus**. Recife: Bagaço, 2003.

SANTOS, Carolina Cassia Batista. O Movimento por Moradia na Cidade de Manaus: Análise de sua Trajetória. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 17, 2001, Lima. Família, Ciudadanía Y Transformación Social desde la dimensión humana: desafios para el Trabajo Social latinoamericano. **Anais eletrônicos**. Lima: Escuelas de Trabajo Social, 2001. v. 1. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-042.pdf> > acesso em: 18 set. 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991. Tradução de: Christine Rufino Dabat; ÁVILA, Maria Betânia.

